



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

AUTOR:
(DO SR. ADEMIR LUCAS)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:
Acrescenta dispositivo na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e na Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, para estender o direito à licença e ao salário-maternidade por motivo de adoção de menor.

DESPACHO:
24/08/1999 - (APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 1.733, DE 1996)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:
AO ARQUIVO, EM 09/11/99

REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA	
COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS		
COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 1.546, DE 1999 (DO SR. ADEMIR LUCAS)

Acrescenta dispositivo na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e na Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, para estender o direito à licença e ao salário-maternidade por motivo de adoção de menor.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 1.733, DE 1996)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho - C.L.T., aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1.943, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

"Art. 392-A À trabalhadora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança até 1 (um) ano de idade, serão concedidos 90 (noventa) dias de licença, remunerada nos termos do Art. 393.



"Parágrafo único. No caso de adoção ou guarda judicial de criança com mais de 1 (um) ano de idade, o prazo de que trata este artigo será de 30 (trinta) dias."

Art. 2º Acrescente-se o seguinte artigo à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991:

"Art. 73-A. As seguradas referidas no *caput* do art. 71 desta lei que adotarem ou obtiverem guarda judicial de criança têm direito ao salário-maternidade durante o prazo de:

"a) 90 (noventa) dias, no caso de criança até 1 (um) ano de idade; e

"b) 30 (trinta) dias, no caso de criança com mais de 1 (um) ano de idade.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A extensão dos direitos à licença e ao salário-maternidade em casos de adoção de criança menor de idade é uma antiga e justa reivindicação social.

Hoje, é tranqüilo o entendimento de que os direitos assegurados à trabalhadora gestante não têm por objetivo proteger pura e simplesmente a saúde da mulher, o que possibilitaria (como, durante muitos anos, de fato possibilitou) até mesmo fomentar a discriminação desta no mercado de trabalho. Atualmente, a concepção das normas tutelares sobre tal pertinência têm em mira a proteção (maior) à maternidade, à criança. Se assim o é, com muito mais razão se justifica a concessão da licença e do salário-maternidade para que a mãe não biológica possa oferecer à criança

Ass 1,



CÂMARA DOS DEPUTADOS



todos os cuidados que ela requer, permitindo-lhe uma melhor adaptação ao seu novo lar.

Não se pode deixar de anotar que a medida também têm o significativo alcance social de incentivar a prática da adoção.

Esperamos, pois, contar com o apoio dos Ilustres Congressistas para garantir a aprovação dessa proposição de inquestionável relevância social.

Sala das Sessões, em de de 1999.

24/08/99


Deputado ADEMIR LUCAS

90715700.021

Lote: 74
Caixa: 90
PL N° 1546/1999
4

PLENÁRIO - RECEBIDO	
Em	24/08/99 às 15:09
Nome	Bruno
Ponto	3248



DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943.

APROVA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS
DO TRABALHO.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

.....
TÍTULO III
DAS NORMAS ESPECIAIS DE TUTELA DO TRABALHO
.....

CAPÍTULO III
DA PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MULHER
.....

SEÇÃO V
Da Proteção à Maternidade
.....

Art. 392 . É proibido o trabalho da mulher grávida no período de 4 (quatro) semanas antes e 8 (oito) semanas depois do parto.

** Art. 392 com redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28/02/1967.*

§ 1º Para os fins previstos neste artigo, o início do afastamento da empregada de seu trabalho será determinado por atestado médico nos termos do art. 375, o qual deverá ser visado pela empresa.

** § 1º com redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28/02/1967.*

§ 2º Em casos excepcionais, os períodos de repouso antes e depois do parto poderão ser aumentados de mais 2 (duas) semanas cada um, mediante atestado médico, na forma do § 1º.

** § 2º com redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28/02/1967.*

§ 3º Em caso de parto antecipado, a mulher terá sempre direito às 12 (doze) semanas previstas neste artigo.

** § 3º com redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28/02/1967.*

§ 4º É garantido à empregada, durante a gravidez, sem prejuízo do salário e demais direitos:

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CeDI**



** § 4º com redação dada pela Lei nº 9.799, de 26/05/1999).*

I - transferência de função, quando as condições de saúde o exigirem, assegurada a retomada da função anteriormente exercida, logo após o retorno ao trabalho;

** Inciso I acrescido pela Lei nº 9.799, de 26/05/1999.*

II - dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para a realização de, no mínimo, seis consultas médicas e demais exames complementares.

** Inciso II acrescido pela Lei nº 9.799, de 26/05/1999.*

Art. 393. Durante o período a que se refere o art.392, a mulher terá direito ao salário integral e, quando variável, calculado de acordo com a média dos 6 (seis) últimos meses de trabalho, bem como aos direitos e vantagens adquiridos, sendo-lhe ainda facultado reverter à função que anteriormente ocupava.

** Art. 393 com redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28/02/1967.*

.....
.....



LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991.

DISPÕE SOBRE OS PLANOS DE
BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL,
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

.....
TÍTULO III
DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
.....

.....
CAPÍTULO II
DAS PRESTAÇÕES EM GERAL
.....

.....
SEÇÃO V
Dos Benefícios
.....

.....
SUBSEÇÃO VII
Do Salário-Maternidade
.....

Art. 73. O salário-maternidade será pago diretamente pela Previdência Social à empregada doméstica, em valor correspondente ao do seu último salário-de-contribuição, e à segurada especial, no valor de 1 (um) salário mínimo, observado o disposto no regulamento desta Lei.

** Artigo com redação dada pela Lei nº 8.861, de 25/03/1994 (DOU de 28/03/1994, em vigor desde a publicação).*

Art. 74. A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data:

** Artigo com redação dada pela Lei nº 9.528, de 10/12/1997.*

I - do óbito, quando requerida até trinta dias depois deste;

** Inciso acrescido pela Lei nº 9.528, de 10/12/1997.*

II - do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso anterior;

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CeDI**



** Inciso acrescido pela Lei nº 9.528, de 10/12/1997.*

III - da decisão judicial, no caso de morte presumida.

** Inciso acrescido pela Lei nº 9.528, de 10/12/1997.*

.....
.....